

“Um tipo discreto de marxismo”: as concepções de *formação* e de *nacional* no pensamento de Antonio Cândido

“A discreet kind of Marxism”: the concepts of *formação* and *nacional* in the thought of Antonio Cândido

*André da Rocha Santos¹ 

Resumo

Este artigo propõe uma análise das ideias de formação e de nacional a partir da obra de Antonio Cândido, destacando seu papel na tradição crítica de interpretação do Brasil. Por meio de uma escrita que articula literatura e pensamento político, Cândido ofereceu uma leitura original da sociedade brasileira. O ponto de partida é *Formação da literatura brasileira* (1959), obra fundamental em que o autor estabelece as bases de sua reflexão sobre a cultura nacional. A investigação se concentra, ainda, em dois ensaios centrais de sua produção: *Dialética da malandragem* (1970) e *De cortiço a cortiço* (1974), nos quais examina aspectos da formação nacional a partir de uma perspectiva dialética e histórica. Esses textos se consolidaram como referências no pensamento de esquerda brasileiro. A partir deles, o artigo também aborda o processo de radicalização vivido por Cândido nos anos 1970. A forma ensaística, nesse contexto, tornou-se instrumento de crítica social e intervenção política, firmando seu papel na cultura crítica nacional.

Palavras-chave: Antonio Cândido; formação; nacional; radicalização intelectual; crítica literária; pensamento político.

Abstract

This article proposes an analysis of the concepts of *formação* (formation) and *nacional* (nationhood) based on the work of Antonio Cândido, highlighting his role in the critical tradition of interpreting Brazil. Through a style of writing that intertwines literature and political thought, Cândido offered an original reading of Brazilian society. The starting point is *Formação da literatura brasileira* (1959), a foundational work in which the author lays the groundwork for his reflections on national culture. The investigation also focuses on two central essays in his oeuvre: *Dialética da malandragem* (1970) and *De cortiço a cortiço* (1974), in which he examines aspects of national formation from a dialectical and historical perspective. These texts have become key references in Brazilian leftist thought. Drawing on them, the article also explores the process of radicalization experienced by Cândido during the 1970s. In this context, the essay form became a tool for social critique and political intervention, reinforcing his position in Brazil's critical intellectual tradition.

Keywords: Antonio Cândido; formation; national; intellectual radicalization; literary criticism; political thought.

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus Registro (IFSP, Registro, SP, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8085-5305>.

Introdução

O simbolismo dos 200 anos da Independência brasileira suscitou significativos debates sobre o sentido e as contradições que marcam a formação do Brasil e de seu Estado-nação. A relação tensa entre política e sociedade – e, mais especificamente, entre formas institucionais e a constituição do Estado em sua articulação com as demandas e representações dos grupos sociais – está no cerne das discussões que envolvem as interpretações do Brasil e os intelectuais que as formularam.

Como observa Bernardo Ricupero (2007), autores e obras clássicas como *Populações meridionais no Brasil* (1920), de Oliveira Viana; *Casa-Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre; *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda; *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior; *Os donos do poder* (1958), de Raymundo Faoro; e *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975), de Florestan Fernandes, são exemplos frequentemente citados quando nos referimos aos chamados intérpretes do Brasil. Essas obras enfrentam, cada uma a seu modo, questões estruturais da formação brasileira.

A colonização, a relação entre campo e cidade, o subdesenvolvimento e o desenvolvimentismo, os ciclos econômicos, a constituição de um sistema literário, o Estado e a identidade nacional são algumas das questões que perpassam esses debates. Também ocupam lugar central temas como os direitos, o mundo do trabalho, a democracia, a cidadania, os movimentos e as classes sociais – entre outras questões urgentes –, que alimentam e provocam intensas disputas no âmbito de nossa cultura política. São reflexões que operam “desde dentro, como um tipo de metalinguagem da própria sociedade brasileira, como uma semântica histórica que participa da configuração de processos sociais mais amplos, como o da construção do Estado-nação” (Botelho, 2019, p. 217).

Nesse contexto, as vicissitudes da nossa *formação* sempre foram uma das indagações mais persistentes. O que caracterizou a formação da sociedade brasileira? Quais foram as forças que fizeram o país seguir determinado rumo e não outro? Diversos autores discutiram essa noção nos ensaios de interpretação do Brasil.

A formação – essa “verdadeira obsessão nacional”, segundo Paulo Arantes (1997, p. 11) –, está presente, por exemplo, nos títulos das obras já mencionadas de Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Antonio Cândido, mas também em outras obras de grande relevância, como *Formação histórica do Brasil* (1962), de Nelson Werneck Sodré; *Formação política do Brasil* (1967), de Paula Beiguelman; ou *A formação das almas* (1990), de José Murilo de Carvalho.

Além dessas, a ideia de formação também se destaca nos subtítulos de algumas obras de referência na interpretação do Brasil: *Casa-Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, traz o subtítulo “formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal”; *Os donos do poder* (1958), de Raymundo Faoro, apresenta “formação do patronato político brasileiro”; em *Capitalismo tardio* (1982), João Manuel Cardoso de Melo utiliza como subtítulo “contribuição à revisão da formação e do desenvolvimento da economia brasileira”; *O povo brasileiro* (1995), de Darcy Ribeiro, retoma o vocábulo na explicação de seu título: “a formação e o sentido do Brasil”; e *O trato dos viventes* (2000), de Luiz Felipe de Alencastro, tem como subtítulo “formação do Brasil no Atlântico Sul”.

Além da formação, a questão *nacional* também tem sido, de modo contínuo, uma das nossas grandes interrogações. Diversos autores do pensamento social brasileiro tematizaram essa problemática, buscando entender o que define, o que caracteriza e o

que dá sentido à nação. Para Octavio Ianni, "a Nação pode ser vista como uma configuração histórica, em que se organizam, sintetizam e desenvolvem forças sociais, atividades econômicas, arranjos políticos, produções culturais, diversidades regionais, multiplicidades raciais" (Ianni, 1993, p. 5). Segundo Bresser-Pereira (2017, p. 170-171), "[...] nação é a sociedade politicamente organizada que compartilha uma história e um destino comum, e conta (ou tem perspectivas de contar) com um território e um Estado para, assim, formar um Estado-nação que lhe sirva de instrumento".

Como exemplifica Bernardo Ricupero: "É possível mesmo considerar que, entre o Estado e a sociedade civil, estabelece-se a nação como mediação ideológica que dá aos homens e mulheres a impressão de pertencerem a uma comunidade política maior" (Ricupero, 2015, p. 607). E complementa: "[...] os membros de diferentes nações, ao se identificarem com os demais membros de sua nação, sentem-se como fazendo parte de uma espécie de 'todo' coletivo" (Ricupero, 2015, p. 607).

É nesse cruzamento entre as ideias de formação e de nação, mobilizadas como categorias analíticas e políticas, que situamos a contribuição de Antonio Cândido. Nossa objetivo, portanto, é propor uma discussão sobre a formação da sociedade brasileira (aquel que nos constitui) e o nacional (aquel que nos identifica), a partir de uma importante tradição crítica do pensamento brasileiro, representada por Antonio Cândido – formulador e expoente de uma concepção significativa do pensamento político brasileiro: o *pensamento radical*² (Cândido, 2011).

Para tanto, a discussão dessas concepções em Antonio Cândido será conduzida tendo *Formação da literatura brasileira* como pano de fundo, mas com foco principal em dois ensaios fundamentais: *Dialética da malandragem* (1970) e *De cortiço a cortiço* (1974), ambos reunidos posteriormente na obra *O discurso e a cidade* (1993)³. A partir desses ensaios – nos quais se evidencia aquilo que Roberto Schwarz caracterizou como seu "tipo discreto de marxismo" – é possível identificar elementos centrais da fase mais radical de sua crítica, marcada pelo uso do método dialético, da análise histórica e materialista, e da consideração das classes sociais, tudo isso "sem alarde de método ou de terminologia" e em oposição ao "sociologismo" e ao "marxismo vulgar", como veremos (Schwarz, 1987).

Nossa hipótese, portanto, é que, ao analisarmos esses trabalhos em conjunto, com base na articulação entre texto (os ensaios literários) e contexto (a realidade social e política da ditadura militar), é possível identificar o fio condutor de uma linhagem intelectual específica de crítica à cultura brasileira. Essa linhagem, fundamentada na complementaridade entre pensamento político e crítica literária, e orientada pela relação entre literatura e sociedade, prefigurou, como procuramos demonstrar ao longo do texto, uma discussão central no pensamento crítico no Brasil.

Para desenvolver essa proposição, o texto está estruturado em cinco seções principais, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, analisamos como os conceitos de formação e de nacional se delineiam no pensamento de Antonio Cândido, destacando a influência de Machado de Assis como elemento decisivo na conformação dessas noções. Em seguida, discutimos os elementos constitutivos de seu

² "Na entrevista em que apresenta a hipótese da existência de um "pensamento radical de classe média", Antonio Cândido sugere que ele envolveu a maior parte dos socialistas e comunistas e se cristalizou a partir dos anos 1940, 1950, especialmente na Universidade de São Paulo e a despeito da intenção elitista de seus fundadores" (Brandão, 2007, p. 37). A entrevista original de Antonio Cândido é de 1974.

³ Neste artigo, as citações dos ensaios *Dialética da malandragem* e *De cortiço a cortiço* contidos em *O discurso e a cidade* (1993) são da recente edição de 2023.

pensamento radical, evidenciando sua atuação como intelectual político. A terceira seção examina a leitura de Candido sobre o “balanceio caprichoso” entre ordem e desordem presente no romance *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, evidenciando como a literatura revela a desigual constituição das classes sociais no Brasil. A quarta seção analisa sua interpretação da dialética entre o espontâneo e o dirigido no contexto da acumulação periférica do capitalismo, a partir do romance *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, ressaltando as tensões entre exploradores e explorados. Por fim, apresentamos as considerações finais, nas quais sintetizamos os principais achados da investigação.

1. *Formação e nacional* em Antonio Candido: a influência machadiana

Antonio Candido pode ser considerado como uma espécie de pai fundador de uma linha de interpretação do Brasil por meio da literatura originada no contexto de criação e desenvolvimento da Universidade de São Paulo (USP). Tendo ingressado na universidade em 1939 – poucos anos após sua fundação em 1934 –, o estudante de Ciências Sociais mais tarde fez carreira na instituição, como assistente e professor da cadeira de Sociologia e, depois, professor de Teoria Literária e Literatura Comparada. Sua produção intelectual envolve clássicos do pensamento brasileiro como sua tese de doutorado em Sociologia defendida em 1954, *Os parceiros do Rio Bonito*, publicada dez anos depois, e sua obra-prima *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880*, de 1959, na sua transição para a crítica literária.

Entre sociólogo e crítico literário, tornou-se um dos mais importantes ensaístas brasileiros e, nessa escolha da forma ensaio, se deparou com um primeiro dilema: a prática ensaística enquanto “gênero híbrido, fronteiriço, que se situa no limiar entre reflexão teórico-crítica e criação literária, entre ciência e imaginação” (Andrade; Vicente, 2020, p. 250) que então marcava o pensamento nacional, se encontrava em rota de colisão com parte da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP nos anos 1940-50. No antigo sistema de Cátedras da Universidade de São Paulo, os membros da Cadeira de Sociologia I liderada por Florestan Fernandes desde 1954 se posicionavam de modo contrário à forma ensaio difundida por intelectuais de formação bacharelesca e autodidata e contestavam a falta de método científico e rigor conceitual que predominava entre as gerações anteriores.

Num ambiente de certa disputa acadêmica, institucional e por prestígio entre a Cadeira de Sociologia I vinculada à pesquisa empírica e em estudos mais próximos da economia e da política voltados à “intervenção racional na realidade nacional” (Fernandes, 1976, p. 123) e a Cadeira de Sociologia II mais próxima de áreas como a cultura, a literatura e a estética à qual estava vinculado, Candido optou pela combinação entre as duas perspectivas, ou seja, da mesma forma em que realizou pesquisas de campo como em *Os parceiros do Rio Bonito*, não rompeu com a perspectiva mais “intuitiva” da Cadeira II (Andrade; Vicente, 2020) e a prática ensaística dos anos 1930 ao redigir *Formação da literatura brasileira*, “um livro de crítica, mas escrito do ponto de vista histórico” (Candido, 2000, p. 24) e que inscreveu o autor “na linhagem dos ensaios de interpretação do Brasil” (Jackson, 2009, p. 270). Mesmo influenciado pelo ambiente empírico e científico da universidade, não deixou de estabelecer diálogo e manter continuidade com essa tradição ensaística que tinha dado os primeiros contornos à ideia de formação e tanto o havia influenciado.

Sobre a ideia de *formação* nos títulos e nos subtítulos de tantas obras e em todo esse ambiente social e intelectual, Paulo Arantes (1997) assim sintetizou:

Tamanha proliferação de expressões, títulos e subtítulos aparentados não se pode deixar de encarar como a cifra de uma experiência intelectual básica, em linhas gerais mais ou menos a seguinte: na forma de grandes esquemas interpretativos em que se registram tendências reais na sociedade, tendências às voltas, não obstante, com uma espécie de atrofia congênita que teima em abortá-las, apanhava-se naquele *corpus* de ensaios sobretudo o propósito coletivo de dotar o meio gelatinoso de uma ossatura moderna que lhe sustentasse a evolução. Noção a um tempo descritiva e normativa, compreende-se além do mais que o horizonte descortinado pela *ideia de formação* corresse na direção do ideal europeu de civilização relativamente integrada – ponto de fuga de todo espírito brasileiro bem formado (Arantes, 1997, p. 11-12, grifo nosso).

Pois foi justamente no contexto de amadurecimento e escrita de *Formação da literatura brasileira*, entre a segunda metade da década de 1940 e 1959, ano de sua publicação, que Cândido – a partir de Machado de Assis – elaborou uma valiosa concepção de formação e lhe deu sentido. Abaixo, Cândido elucida uma das fórmulas definidoras de tal ideia:

Se voltarmos, porém, as vistas para Machado de Assis, veremos que este mestre admirável *se embebeumeticulosamente da obra dos predecessores*. A sua linha evolutiva mostra o escritor altamente consciente, que compreendeu o que havia de certo, de definitivo, na orientação de Macedo para a descrição dos costumes, no realismo sadio e colorido de Manuel Antônio, na vocação analítica de José de Alencar. *Ele pressupõe a existência dos predecessores, e esta é uma das razões da sua grandeza*: numa literatura em que, a cada geração, os melhores começam da capa e só os mediocres continuam o passado, *ele aplicou o seu gênio em assimilar, aprofundar, fecundar o que havia de certo nas experiências anteriores*. *Este é o segredo da sua independência* em relação aos contemporâneos europeus, do seu alheamento às modas de Portugal e França (Cândido, 1959 *apud* Arantes, 1997, p. 29-30, grifo nosso).

Em certo momento, Arantes (1992, p. 11) escreveu que “Sem muito exagero, pode-se dizer que em Antonio Cândido há dialética por todos os lados”. Na esteira dessa afirmação podemos dizer que o *sentido da formação* do crítico não escapou a essa inclinação na qual irá combinar numa mesma concepção de formação tanto os ritmos do nosso processo de estruturação *estético-literário* quanto os movimentos de nossa constituição *histórico-social*.

Baseado em *Formação da literatura brasileira*, Paulo Arantes (1997, p. 22, grifo nosso) destacou:

Ao distinguir entre manifestações literárias avulsas [...] e literatura propriamente dita, encarada no livro como *um sistema de obras ligadas por denominadores comuns* que fazem dela um aspecto orgânico da

civilização, um fato de cultura que não surge pronto e acabado, *antes se configura ao longo de um processo cumulativo de articulação com a sociedade e adensamento artístico*, ao rever nesses termos a constituição de uma continuidade literária no Brasil, Antonio Cândido dava enfim forma metódica ao conteúdo básico da experiência intelectual brasileira.

Se Paulo Arantes (1997) se refere ao *sentido da formação* em Antonio Cândido, Roberto Schwarz (2009) remete à *dialética da formação* na obra do crítico que, segundo tais analistas, abarca duas dimensões distintas que têm, porém, destino semelhante: tanto no plano estético-literário como no plano histórico-social, a *formação* ocorre como *processo cumulativo*.

Assim como Machado de Assis, do qual recebeu influência decisiva, o próprio Cândido era, afinal, produto admirável desse processo de acréscimo, constituída no enfrentamento consciente com as condições adversas da periferia do capitalismo: “acumulação da experiência intelectual nas condições francamente proibitivas da dependência” (Arantes, 1997, p. 33).

A relação entre Machado de Assis e Antonio Cândido a partir da concepção de formação enquanto processo de adição, continuidade e resposta superadora é salientado por Roberto Schwarz (1999):

A título de exemplo, vale a pena estudar as relações do crítico e historiador com seus predecessores. Nada mais educativo que ver em conjunto os capítulos de José Veríssimo sobre o Arcadismo, na *História da literatura brasileira*, e os de Antonio Cândido, na *Formação*: o leitor notará que as observações do primeiro são retomadas uma a uma pelo segundo, formuladas com maior amplitude ou equilíbrio, combinadas a informações novas, corrigidas pelo ponto de vista atual, mas sempre aproveitadas. A *relação de continuidade, adensamento ou superação é constante*, ao ponto de se tornar uma força produtiva deliberada, uma técnica de trabalho. Lembra o que o próprio Antonio Cândido notou a respeito de Machado de Assis, que teve a capacidade de utilizar e aprofundar a elaboração dos romancistas que o precederam, crescendo sobre os ombros de escritores que, ao menos em parte, eram bastante mediocres, mas cuja obra havia contribuído na transposição literária da experiência do país (Schwarz, 1999, p. 46-47, grifo nosso).

Tal relação também é reafirmada por Paulo Arantes (1997, p. 30): “Numa palavra, formado na escola de Machado de Assis, de fato Antonio Cândido aprendeu mesmo foi com as falhas de formação dos predecessores, cujos achados modestos também soube fixar e sublimar”.

De modo similar à *formação*, a concepção de *nacional* na obra de Cândido foi regida pelo mesmo princípio dialético. Da mesma forma em que buscou dar feição à constituição da nacionalidade e do que seria uma literatura nacional no plano estético-literário em *Formação da literatura brasileira*, investigou a singularidade nacional que se manifestava nas *relações sociais* e no *processo histórico-social* nos ensaios *Dialética da malandragem* e *De cortiço a cortiço*.

2. Antonio Cândido político: elementos constitutivos de um pensamento radical

Além do contexto intelectual indelével, a conjuntura social e política sempre marcou e influenciou a trajetória do professor uspiano. Avesso ao dogmatismo imperante no Partido Comunista Brasileiro (PCB) durante o Estado Novo (1937-1945), Cândido militou clandestinamente na Frente de Resistência, que mais tarde, já na legalidade, deu origem à União Democrática Socialista – partido que, ao mudar de nome para Esquerda Democrática, acabou se transformando no Partido Socialista Brasileiro (PSB), em 1947. Pela seção paulista do partido, atuou ao lado de nomes como Paulo Emílio Salles Gomes (sua maior influência política) e Azis Simão. Ocupou duas vezes cargos na direção, colaborou com o jornal *Folha Socialista* e chegou até mesmo – ainda que de forma contrariada – a ser candidato a deputado estadual em 1950, já que a legislação exigia que cada partido apresentasse uma chapa completa, equivalente ao total de cadeiras em disputa (Cândido, 2006; Galvão, 2022, p. 50).

Em *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*, Carlos Guilherme Mota argumenta que elementos do pensamento radical de Cândido já estavam presentes em seu depoimento à *Plataforma da nova geração* (1943-44), no contexto de oposição à censura do Estado Novo – posicionamento que, 30 anos depois, ele aprofundaria e daria forma mais acabada (Mota, 2008). De acordo com o então jovem crítico, em seu testemunho: “Mas se me perguntar qual poderia ser, no meu modo de sentir, um rumo a seguir pela mocidade intelectual no terreno das ideias, eu lhe responderei, sem hesitar, que a nossa tarefa máxima deveria ser *o combate a todas as formas de pensamento reacionário*”⁴ (Cândido, 2002, p. 245, grifo nosso).

Um dos elementos que destacamos como parte da agenda que obcecou a intelectualidade brasileira do pós-1930 foi o reconhecimento do subdesenvolvimento e a busca por estratégias para sua superação (Bielschowsky, 1995; Cepêda, 2001, 2012). Nessa relação intrínseca entre trajetória intelectual e política, o golpe de 1964, o estabelecimento da ditadura civil-militar e o Ato Institucional nº 5 – entre outros episódios de ordem pessoal diretamente influenciados pelos acontecimentos autoritários – representaram um momento de inflexão que levou Cândido a uma fase de reelaborações e de maior engajamento, tanto na atuação política quanto na crítica literária (Gimenes; Lima, 2022).

No campo da ação política, ao analisarem a radicalização de Antonio Cândido na passagem dos anos 1960 para os 1970, Gimenes e Lima (2022) fazem a seguinte consideração:

Poderíamos então dizer que, em torno da resistência democrática à ditadura brasileira, da vivência nos Estados Unidos em um ano decisivo [1968], da Batalha da Maria Antônia e da emergência de uma série de conflitos relevantes para a causa terceiro-mundista, formaram-se as condições propícias do que chamamos de uma “radicalização” (Gimenes; Lima, 2022, p. 153).

De acordo com Walnice Nogueira Galvão (2022),

Foi a essa altura, também, que Antonio Cândido se tornou membro da Comissão de Justiça e Paz, criada por D. Paulo Evaristo Arns quando passou a arcebispo de São Paulo. Compareceu nesses anos

⁴ O depoimento original de Antonio Cândido é de 1943 (Cândido, 2002).

a inúmeros comícios e atos públicos. Dentre estes, presidiu à sessão de lançamento da candidatura de Fernando Henrique Cardoso a senador, sessão realizada num teatro da Vila Mariana, em 1978; mas a partir daí trilhariam diferentes rumos. Foi signatário da Carta aos Brasileiros, redigida por Gofredo Telles Jr., e membro da comissão que a apresentou ao público, em 1977, na Faculdade de Direito. Finalmente, foi em 1980 um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, no qual passou a atuar em diversas posições [...] (Galvão, 2022, p. 51).

No decurso desses acontecimentos, no campo teórico também ocorriam uma mudança de rumo e uma maior convergência entre a crítica literária e o pensamento político. Foi nesse mesmo período que se reformularam os elementos constitutivos do que viria a ser o pensamento radical em nosso país. Uma dessas elaborações diz respeito ao “pensamento radical de classe média”, abordado por Cândido em uma entrevista de 1974:

Naqueles decênios de 30 e 40, formou-se aqui, além do pensamento de esquerda, que atingiu setores mais restritos, um pensamento radical de classe média, que envolveu mesmo a maior parte dos socialistas e comunistas e, a meu ver, representou um enorme progresso (Cândido, 2011, p. 5).

Ainda segundo o crítico, foram determinantes para a emergência desse pensamento em sua geração as condições institucionais e intelectuais criadas pela Faculdade de Filosofia da USP, que favoreceram o espírito crítico e a visão progressista. Essas condições possibilitaram, por exemplo, a expansão dos estudos sociais sobre o negro e sobre as populações pobres. Assim, Cândido sintetizou, no mesmo relato da década de 1970, a conjuntura de surgimento do pensamento radical no qual se formou:

A partir do decênio de 1930 ele foi a primeira formulação coerente, em nível institucional, da classe média progressista, que deste modo se exprimiu, não como cuincha da oligarquia, mas como categoria autônoma. Para muitos isso parecera ridículamente pequeno-burguês. Mas em perspectiva histórica é muito ponderável e positivo, porque significa a radicalização da classe média nas instituições culturais, com todo o deslocamento para a frente que isto implica em relação às posições tradicionais (Cândido, 2011, p. 6).

Cândido ainda viria ao tema em outras entrevistas e escritos. Em *Radicais de ocasião*⁵, por exemplo, refere-se ao sujeito sem qualquer compromisso com a revolução, que possivelmente é até contra ela e, “no entanto, nalgum período ou apenas nalgum instante da vida fez alguma coisa por ela: uma palavra, um ato, um artigo, uma contribuição, uma assinatura, o auxílio a um perseguido” (Cândido, 2007, p. 77). Ainda segundo o autor, “Às vezes tudo isso acontece por causa de uma ocorrência marcante, que chama a atenção de todos e abre os olhos de alguns, suscitando pronunciamentos de quem menos se espera, onde menos se esperaria” (Cândido, 2007, p. 77).

⁵ O texto original é de 1978 e compõe a seleção de ensaios de *Teresina etc.* (Cândido, 2007).

Dez anos depois, na palestra *Radicalismos* no Instituto de Estudos Avançados da USP⁶, Cândido oferecia mais uma abordagem sobre o pensamento radical em nosso país:

Pode-se chamar de radicalismo, no Brasil, o conjunto de ideias e atitudes formando contrapeso ao movimento conservador que sempre predominou. [...] Digo que o radicalismo forma contrapeso porque é um modo progressista de reagir ao estímulo dos problemas sociais prementes, em oposição ao modo conservador. Gerado na classe média e em setores esclarecidos das classes dominantes, ele não é um pensamento revolucionário, e, embora seja fermento transformador, não se identifica senão em parte com os interesses específicos das classes trabalhadoras, que são o segmento potencialmente revolucionário da sociedade (Cândido, 2004, p. 193-194).

Conforme Schwarz (2009), Antonio Cândido “vinha de uma posição marxista tradicional ou sociológica” (p. 178). De acordo com a anedota que fazia de si mesmo: “Cândido gosta de fazer piada sobre a relatividade de seu marxismo, que, nos momentos de repressão política, subiria a 90%, mas, nos momentos calmos, baixaria a 50%, permanecendo constante o socialismo” (Schwarz, 2023, p. 51).

O próprio crítico, em outra entrevista, destaca sua filiação intelectual ao pensamento marxista e socialista: “Tenho muita influência marxista. Não me considero marxista, mas tenho muita influência marxista na minha formação e também muita influência da chamada escola sociológica francesa, que geralmente era formada por socialistas” (Cândido, 2019, p. 401-402).

Com base nesse conjunto de referências e contexto, esta abordagem propõe investigar como Antonio Cândido se torna, ao mesmo tempo, formulador e representante da hipótese do pensamento radical no Brasil – especialmente a partir de dois ensaios escritos durante os anos de chumbo da ditadura brasileira, ou seja, em um de seus momentos de “marxismo aos 90%”, nos quais, de forma direta ou indireta, ele se deparou com as vicissitudes de nossa formação estético-literária e histórico-social.

O primeiro deles é aquele que Roberto Schwarz (1987, p. 129) considera “o primeiro estudo literário propriamente dialético” feito no Brasil, isto é, *Dialética da malandragem* (1970), que analisa o romance *Memórias de um sargento de milícias* (1852), de Manuel Antônio de Almeida, publicado durante o Romantismo no Brasil. O segundo é o ensaio *De cortiço a cortiço* (1974), que se debruça sobre o romance naturalista *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, publicado em 1890.

De acordo com Schwarz (2023), ambos são trabalhos nos quais seu “tipo discreto de marxismo” se fez presente:

O fato é que seus trabalhos de ponta são materialistas, históricos e dialéticos, sem recurso à fraseologia marxista. Isso vale em especial para *Dialética da malandragem* (1970) e *De cortiço a cortiço* (1974) e, de outro modo, para *Formação da literatura brasileira* (1959). Com eles, embora pouco reconhecido como tal, *um tipo discreto de marxismo* tomou a dianteira em nossa crítica (p. 51, grifo nosso).

⁶ A transcrição da palestra de 1988 foi publicada dois anos depois em 1990 e faz parte da coletânea da obra *Vários escritos* (Cândido, 2004).

Ao dizer que “um tipo discreto de marxismo tomou a dianteira em nossa crítica”, Schwarz está assinalando o caráter não ostensivo (ou seja, não doutrinário nem panfletário) do marxismo presente nessas obras. Trata-se de um marxismo implícito na prática crítica, mais do que afirmado por meio de rótulos ou declarações programáticas. É um marxismo operante, que organiza o olhar sobre a literatura a partir da articulação entre forma estética e estrutura social, mas que não se identifica com uma ortodoxia teórica ou com o uso repetitivo de conceitos.

Isso significa que tais obras mobilizam, de maneira rigorosa e produtiva, categorias e procedimentos característicos do marxismo (como a centralidade da contradição social, a análise das determinações históricas e o exame das formas culturais como expressão de conflitos materiais), sem recorrer aos jargões ou fórmulas estereotipadas frequentemente associados ao marxismo mais dogmático.

A conjugação e comunicação dos dois ensaios como momento privilegiado da interpretação de Candido já foi objeto de análise de autores como Ramassote (2008), que discutiu as relações entre crítica literária e ciências sociais na obra do autor. De acordo com a perspectiva de Couto (2022), a qual corroboramos, o método utilizado pelo crítico pode ser definido como uma *crítica literária dialética*, isto é, aquela que opera a *mediação* entre a *dimensão estética* da literatura e a *totalidade histórica* objetiva da qual faz parte.

A vitalidade da recepção crítica da obra de Antonio Candido nas últimas décadas é evidenciada, ainda, por teses e dissertações que aprofundam diferentes aspectos de sua trajetória intelectual. Destacam-se, entre outros trabalhos recentes, os de Ewbank (2014), Gaio (2014) e Barbosa (2023). Mais do que reiterar o amplo interesse pela obra do autor, a menção a esses estudos sublinha a importância de se considerar a fortuna crítica recente, de modo a contextualizar a contribuição do presente manuscrito e situá-la no interior do conjunto de interpretações já consolidadas sobre sua obra.

Para os fins deste artigo, os textos de Paulo Arantes (1997), sobre o *sentido da formação*, e de Roberto Schwarz (2009), acerca da *dialética da formação*, constituem o ponto de partida da análise aqui proposta. Importa destacar que essas referências são mobilizadas não como vereditos interpretativos, mas como instrumentos teóricos preliminares que permitem problematizar aspectos centrais da obra de Candido à luz das tensões entre literatura, sociedade e pensamento político.

3. “Balanceio caprichoso”: o sentido da *formação* e do *nacional* a partir das classes sociais

Dialética da malandragem foi publicado pela primeira vez em 1970 na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* e, anos depois, reunido no livro *O discurso e a cidade*, originalmente publicado em 1993⁷. No ensaio analisa as desventuras de Leonardo, “o primeiro grande malandro que entra na novelística brasileira” (Candido, 2023b, p. 25), e inicia uma exemplar interpretação do Brasil pela ótica do romance *Memórias de um sargento de milícias*:

⁷ Em “Nota sobre os ensaios” de *O discurso e a cidade* vemos a seguinte explicação sobre a origem do texto: “Destinava-se a um livro de homenagem ao professor João Cruz Costa, que acabou não sendo publicado a pedido dele próprio. Saiu então pouco depois na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (Universidade de São Paulo), nº 8, 1970, com dedicatória ao referido professor e o seguinte subtítulo: ‘Caracterização das *Memórias de um sargento de milícias*’” (Candido, 2023a, p. 323).

[...] Manuel Antônio, apesar da sua singeleza, tem uma coisa em comum com os grandes realistas: a capacidade de intuir, além dos fragmentos descritivos, certos *princípios constitutivos da sociedade* –, *elemento oculto que age como totalizador dos aspectos parciais* (Candido, 2023b, p. 35, grifo nosso).

Para referenciar tal análise o crítico recorre à representação constituída pela *dialética da ordem e da desordem*. Como um princípio estrutural e como uma manifestação concreta das relações humanas no livro, tira daí o seu sistema de referência. Dessa maneira, no conjunto da relação entre os personagens descritos na obra, elabora essa primeira interpretação de *formação* da sociedade brasileira da primeira metade do século XIX na figuração de “uma ordem comunicando-se com uma desordem que a cerca por todos os lados” (Candido, 2023b, p. 36).

Tal jogo dialético é analisado por Candido a partir da perspectiva das classes sociais, das relações sociais e do *nacional*, tendo como referência a principal camada social retratada no romance, um setor intermediário de *homens e mulheres livres e pobres* a que o autor se refere como “um tipo de gente modesta, que hoje chamaríamos pequena burguesia” (Candido, 2023b, p. 31), situada a meia distância tanto dos escravos quanto dos grupos dirigentes, estas duas sendo as classes fundamentais da sociedade à época.

Ao construir tal interpretação, interpela elementos intrínsecos de nossa questão nacional ao perceber que nesse movimento pendular entre o lícito e o ilícito encontra-se a situação singular desse grupo social no Brasil do século XIX. Com a presença dominante da escravidão, essa camada não se constituía em mercado de trabalho, pois o essencial do trabalho era feito pelos escravos e não havia mercado de trabalho para esses homens e mulheres não escravos, mas despossuídos (Schwarz, 2009).

Na análise do crítico, ao ocultar o escravo suprimia quase totalmente o trabalhador e ao omitir as classes possuidoras anulava sobremaneira os controles de mando. Ficava, dessa forma, a meio caminho, uma categoria interposta e desorganizada da sociedade. Na verdade, um estrato social sem identidade no qual “uns poucos trabalhavam e os outros *flauteavam ao deus-dará, colhendo as sobras do parasitismo*, dos expedientes, das munificências, da sorte ou do roubo miúdo” (Candido, 2023b, p. 44, grifo nosso). Ficava-lhe um setor intermediário e anômico da sociedade, cujas características entretanto serão decisivas para a ideologia dela” (Schwarz, 1987, p. 132).

Como não havia mercado de trabalho onde esses homens e mulheres livres e pobres pudessem vender a sua força de trabalho, obter um salário e os bens materiais necessários para uma vida modesta e digna, a única maneira encontrada foi através do *favor* de um proprietário. O horizonte europeu de cidadania e direitos inexistia e, mais que isso, não era minimamente pautado na discussão em qualquer grupo social ou político brasileiro à época. Dessa situação de dependência e subserviência à classe proprietária foram gestadas profissões características de prestação de serviço: “de servir de jagunço ou puxa-saco ou de despachante, enfim todas essas profissões especiais que têm até hoje um papel importante na nossa pátria” (Schwarz, 2009, p. 181).

Sob a ótica das relações sociais dessa classe intermediária são examinados por Candido alguns personagens, sendo o principal deles Leonardo Filho, o personagem central de *Memórias*, somado ao seu pai e à sua mãe, os três no mesmo plano. Os demais se situam acima ou abaixo desta posição por eles formada. Acima os que vivem “segundo as normas estabelecidas”, sendo o grande representante delas o major

Vidigal; “abaixo estão os que vivem em oposição ou pelo menos integração duvidosa em relação a elas. Poderíamos dizer que há, desse modo, *um hemisfério positivo da ordem e um hemisfério negativo da desordem*, funcionando como dois ímãs que atraem Leonardo” (Candido, 2023b, p. 37, grifo nosso).

Outras situações e personagens são observados sob este aspecto de relações *positivas* e *negativas*, como Leonardo Pataca, o pai, que faz parte da ordem, como oficial de justiça, mas mantém estreita relação com a desordem na sua relação ilegítima com Maria da Hortaliça – “habitual e quase normal segundo os costumes do tempo e da classe” (Candido, 2023b, p. 37).

Mais dois exemplos são destacados pelo autor. O primeiro se refere a Luisinha e Vidinha, que se constituem – como escreve o crítico – num “par admiravelmente simétrico” em que a perspectiva das classes novamente pode ser vislumbrada enquanto “plataforma de observação”:

A primeira, no *plano da ordem*, é a mocinha burguesa com quem não há relação viável fora do casamento, pois ela traz consigo herança, parentela, posição e deveres. Vidinha, no *plano da desordem*, é a mulher que se pode apenas amar, sem casamento nem deveres, porque nada conduz além da sua graça e da sua curiosa família sem obrigação nem sanção, onde todos se arrumam mais ou menos conforme os pendores do instinto e do prazer (Candido, 2023b, p. 39-40, grifo nosso).

Com essas características – próprias das classes de onde provêm – uma burguesa e outra a meio caminho entre a pequena burguesia e o proletariado, fazem com que Candido cometa uma “extrapolação”, como ele mesmo diz, e procure pensar o desenrolar posterior dessas relações dada a “estrutura daquela sociedade”. Com uma Luisinha vindo a ser uma esposa fiel e caseira, é de se esperar que Leonardo “siga a norma” dos maridos e desça do hemisfério da ordem até os círculos da desordem, “onde o espera aquela Vidinha ou outra equivalente, para juntos formarem um casal suplementar, que se desfará em favor de novos arranjos [...]” (Candido, 2023b, p. 40). Ordem e desordem novamente se comunicam por caminhos diversos e relativizados.

O segundo exemplo dado pelo autor se refere ao major Vidigal, a encarnação da ordem convencional, das regras e do Estado, que pode ser visto no guarda da esquina ou no delegado de polícia, “única força reguladora de um mundo solto”. Severo com as classes mais modestas e “sempre acessível aos proprietários bem situados”, o episódio em que é surpreendido por uma visita e é pego numa situação íntima de “erotismo senil”, vestido com uma espécie de roupão do tecido de chita e tamancos, é representativa dessa confusão entre os hemisférios. Ao correr para dentro e voltar vestindo a casaca do uniforme devidamente abotoado, mas de calças domésticas e os mesmos tamancos, fica desrido do degrau da ordem, porque nesse momento, em que parece transpassar as normas, “está realmente equiparado a qualquer dos malandros que perseguia” (Candido, 2023b, p. 43).

Ordem e desordem se articulam portanto solidamente; o mundo hierarquizado na aparência se revela essencialmente subvertido, quando os extremos se tocam e a labilidade geral dos personagens é justificada pelo escorregão que traz o Major das alturas sancionadas da lei para complacências duvidosas com as camadas que ele repreme sem parar (Candido, 2023b, p. 43, grifo nosso).

Nessas circunstâncias descritas, ficava evidente o que o autor denominou “balanceio caprichoso”, ou seja, “o jogo dialético entre ordem e desordem funcionando como correlativo do que se manifestava na sociedade daquele tempo” (Candido, 2023b, p. 44). Com o ensaio, Candido levava a cabo – de forma pouco usual – sua dialética da formação ao analisar como o romance de Manuel Antônio de Almeida foi produto do processo cumulativo de tendências e autores anteriores e como conseguiu, de forma peculiar, abordar aspectos decisivos do nacional nas relações sociais e da formação da sociedade brasileira.

4. O explorado e o explorador: a dialética da *formação* e do *nacional* na acumulação periférica do capitalismo

Alguns anos depois, outro movimento dialético era percebido por Antonio Candido no estudo d’*O cortiço* de Aluísio Azevedo redigido originalmente nos anos 1970⁸ e publicado “inicialmente em duas versões parciais, com propósito de dar lastro local a debates sobre método” (Schwarz, 1992, p. 31) no ensaio *De cortiço a cortiço*, publicado em 1991 em *Novos Estudos*, revista do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), e depois também compõe a coletânea *O discurso e a cidade*, de 1993.

Novamente neste ensaio, assim como em *Dialética da malandragem*, ficava evidente a intenção do crítico em discutir o “trânsito entre análise estética e reflexão histórico-social”, ou seja, debater se “a constituição de um romance se dá a partir de estímulos diretos da realidade?” (Schwarz, 1992, p. 31). Ainda segundo Schwarz (1992), “Antonio Candido dirá que os processos coexistem, e que a sua combinação é regulada, caso a caso, por uma fórmula singular, a qual é a chave da individualidade e da historicidade da obra” (Schwarz, 1992, p. 31, grifo do autor). No caso d’*O cortiço*, elementos da nossa *formação histórico-social* foram compreendidos na figuração da dialética do *espontâneo* e do *dirigido* como manifestação das relações capitalistas que então estavam se constituindo na sociedade brasileira.

Buscando estudar “um problema de filiação de textos e de fidelidade a contextos” na relação entre o romance naturalista brasileiro e outros que lhe serviram de inspiração na mesma conjuntura, como em alguns romances de Émile Zola, Antonio Candido verificou como a diferença das sociedades francesa e brasileira se demonstrava no fato de o mundo do trabalho e o mundo da riqueza serem retratados em livros diferentes pelo romancista europeu dada a diferenciação alcançada pela sociedade francesa à época, ao passo que no Brasil nota que a originalidade da construção do enredo de Aluísio Azevedo “está nesta coexistência íntima do *explorado* e do *explorador*, tornada logicamente possível pela própria natureza elementar da *acumulação num país que economicamente ainda era semicolonial*” (Candido, 2023a, p. 126, grifo nosso).

⁸ Novamente em “Notas sobre os ensaios” Candido (2023a, p. 323) esclarece a origem do texto: “‘De cortiço a cortiço’ saiu em *Novos Estudos* (Cebrap), nº 30, 1991. É a redação original, terminada em 1973, mas boa parte foi aproveitada em outros dois escritos, o primeiro dos quais é ‘Literatura-Sociologia’, *Prática de interpretação textual*, III Encontro Nacional de Professores de Literatura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1976. O segundo é ‘A passagem do dois ao três (Contribuição para o estudo das mediações na análise literária’, *Revista de História* (Universidade de São Paulo), nº 100, 1974, publicado no mesmo ano que o anterior [...]’”.

De acordo com o crítico,

Na França o processo econômico já tinha posto o capitalista longe do trabalhador; mas aqui eles ainda estavam ligados, a começar pelo regime da escravidão, que acarretava não apenas contato, mas exploração direta e predatória do trabalho muscular. Daí a pertinência com que Aluísio escolheu para objeto a acumulação de capital a partir das suas fases mais modestas e primárias, situando-a em relação estreita com a natureza física, já obliterada no mundo europeu do trabalho urbano. No seu romance o enriquecimento é feito à custa da exploração brutal do trabalho servil, da renda imobiliária arrancada ao pobre, da usura e até do roubo, constituindo o que se poderia qualificar de primitivismo econômico (Cândido, 2023a, p. 126-127).

A partir de uma perspectiva que novamente dá destaque às classes sociais, às relações sociais e ao nacional como elementos constitutivos, Cândido observa como Aluísio Azevedo assimila a dose de racismo embutida no Naturalismo para narrar as “histórias de trabalhadores pobres, alguns miseráveis, amontoados numa habitação coletiva” na qual “um elemento central da narrativa é a degradação motivada pela promiscuidade”, “pelo álcool”, “pelo sexo e a violência” (Cândido, 2023a, p. 125). Segundo Schwarz (2009), Cândido problematiza elementos da questão nacional ao questionar o racismo presente no romance:

Em *O cortiço* nós temos o brasileiro, o mestiço, o negro, o português, o trópico que torna todos preguiçosos e que desmancha a força de vontade, marido fiel, enfim, todas essas qualidades vêm aqui sofrer a influência do trópico – teoria naturalista que diz que o meio incide na raça e tem força definidora – da cachaça, da mulata e rapidamente começa a se “desmilinguir”. Esse é o esquema explícito do romance (Schwarz, 2009, p. 184).

Entretanto, contrariando as evidências mais óbvias, Cândido vai além e percebe que “a questão não é de raça, é de classe”, como assinala Schwarz (2009, p. 184), e como a verdadeira matéria-prima da obra é o próprio cortiço representando a ascensão econômica do taverneiro português João Romão, numa espécie de paradigma da acumulação na periferia do sistema capitalista.

De um lado, a dinâmica real do romance é dada pelo esforço de acumulação econômica de João Romão; de outro, o lucro que extrai mediante a exploração do trabalho da Bertoleza, uma escrava fugida que usou como amante e como força de trabalho, além de aproveitar-se dos moradores das habitações coletivas que erguia, beneficiando-se também sob a forma de aluguéis e venda de gêneros alimentícios valendo-se da exploração da pobreza, do vício e do desespero daquela população. Novamente, aqui, qualquer noção de direitos de cidadania não estava presente. O que prevalecia era o favor pessoal de um proprietário e não o direito universal e impessoal das instituições republicanas ou constitucionais. Com base nas condições próprias do meio brasileiro, “trata-se de uma história de trabalhadores intimamente ligados ao projeto econômico de um ganhador de dinheiro, por isso o romancista pôs ao lado da habitação coletiva dos pobres o sobrado dos ricos, meta visada pelo esforço de João Romão” (Cândido, 2023a, p. 127).

Ao contrário do cortiço francês distante da natureza e verticalizado num contexto urbano espremido pela falta de terrenos disponíveis, o “cortiço brasileiro é horizontal ao modo de uma senzala”. Sua figuração original era marcadamente espontânea, “como se fosse regido por lei biológica”:

Ligado à natureza, que no Brasil ainda era presença a ser domada, ele cresce, se estende, aumenta de volume e é consequentemente tratado pelo romancista como realidade orgânica, por meio de imagens orgânicas que o animam e fazem dele uma espécie de continuação do mundo natural (Candido, 2023a, p. 134).

A certa altura Candido problematiza o fato de o leitor d’*O cortiço* questionar se o romance apenas retratava uma realidade observável ou se tinha a pretensão de representar uma espécie de realismo alegórico do país; não seria o cortiço uma “alegoria do Brasil, com sua mistura de raças, o choque entre elas, a natureza fascinadora e difícil, o capitalista estrangeiro postado na entrada, vigiando, extorquindo, mandando, desprezando, participando?” (Candido, 2023a, p. 137).

Para esta indagação, o próprio autor responde afirmativamente acerca das relações sociais como representação do nacional que nos caracteriza: “as descrições da vida quotidiana contêm implicitamente um outro plano de significado” (Candido, 2023a, p. 136), que no caso é *o cortiço como uma representação alegórica do Brasil*, e deixa claro que isso não se constituía em decréscimo à obra, sendo na verdade “elemento de força e não de fraqueza” (Candido, 2023a, p. 136). “Talvez a força do livro venha em parte dessa contaminação do plano real e do plano alegórico, fazendo pensar imediatamente numa *relação causal* de sabor naturalista [...]” (Candido, 2023a, p. 137, grifo nosso). “E esta série causal encarnaria o que se passava na escala nacional, segundo as concepções do tempo” (Candido, 2023a, p. 137).

Dessa maneira é que a obra personifica uma perspectiva histórico-materialista de formação do Brasil a partir da dialética do espontâneo e do dirigido na medida em que retrata o gradativo incremento de elementos sociais e econômicos capitalistas na composição da sociedade brasileira. O cortiço = Brasil que cresce de modo *espontâneo* semelhante à natureza ganha gradativamente um ritmo de crescimento que “vai sendo cada vez mais *dirigido*, à medida que se acentua a vontade orientada do ganhador de dinheiro [...]” (Candido, 2023a, p. 134, grifo nosso) na figura de João Romão = capitalismo. “Diríamos então que a vontade do ganhador de dinheiro é força racional, desígnio que pressupõe um plano e tende a extrair um projeto do jogo de fatores naturais” (Candido, 2023a, p. 134-135).

Isso leva a pensar que é importante no livro certa *dialética do espontâneo e do dirigido*, que pode ser percebida no desdobramento virtual do cortiço depois do incêndio, quando João Romão reconstrói as casas com mais larguezas e num alinhamento melhor, estabelece horas de entrada e suprime a antiga incoordenação. Os moradores inadaptados são expulsos ou se expulsam, indo continuar o ritmo da desordem no cortiço próximo e rival, denominado Cabeça de Gato. O cortiço renovado é descrito por uma imagem de cunho mecânico, quando o antigo sempre o fora por meio de imagens orgânicas, que continuam a ser usadas para o cortiço desorganizado que recebe os seus rebotalhos. *A passagem*

do espontâneo ao dirigido manifesta a acumulação do capital, que disciplina à medida que se disciplina, enquanto o sistema metafórico passa do orgânico da natureza para o mecânico do mundo urbanizado (Cândido, 2023a, p. 135, grifo nosso).

N’*O cortiço*, assim como no Brasil do século XIX, se encontravam em marcha “o mundo do trabalho, do lucro, da competição, da exploração econômica visível” (Cândido, 2023a, p. 159), e foi dessa forma que o autor pôde interpretar – por meio da mediação literária – a formação do país e manifestações particulares nacionais inseridos no processo mais amplo de constituição do capitalismo e das relações sociais capitalistas. “Espontâneo –, mais como tendência, ou como organização difusa, à maneira da sociabilidade inicial do cortiço, fortemente marcada pelo espírito livre do grupo. Dirigido – que é a atuação de um projeto racional” (Cândido, 2023a, p. 150-151).

5. Considerações finais

Antonio Cândido interpretou elementos fundamentais da formação da sociedade brasileira e da questão nacional a partir de uma concepção dialética entre crítica literária e pensamento político. Esses elementos foram explorados a partir da condição periférica, tomando-a como ponto de partida, nos ensaios *Dialética da malandragem* e *De cortiço a cortiço*.

No primeiro deles, ao analisar o romance *Memórias de um sargento de milícias*, Cândido percebe com precisão o movimento histórico e o ritmo geral da sociedade, entendendo-o como uma representação do nacional por meio da configuração social dos homens e mulheres livres e pobres no Brasil do século XIX. Único romance daquele período que não expressava a visão da classe dominante, *Memórias* é lido pelo crítico como um retrato construído a partir do “balanceio caprichoso” entre o lícito e o ilícito, isto é, do jogo entre o dado estrutural da não integração de parte da população ao mercado de trabalho e as formas de sociabilidade que daí emergem, fundadas em expedientes no limiar da legalidade e da ilegalidade, em suma, na “malandragem”.

Diferentemente da análise de *Memórias*, em *De cortiço a cortiço* o ensaio não se identifica com a perspectiva de uma classe social específica, mas com a diferenciação entre as classes, isto é, entre o capitalista representado por João Romão e os trabalhadores por ele explorados. Na construção analítica feita por Cândido, o enriquecimento perseguido com determinação alucinada pelo taverneiro confere ao romance sua linha central de consistência e clareza interpretativa. O crítico observa que a obra apreende, pela primeira vez na literatura brasileira, o ritmo da acumulação de capital na condição periférica do sistema capitalista.

A inteligibilidade que conferiu à imagem da dialética entre ordem e desordem no caso de *Memórias*, bem como à figuração da dialética entre o espontâneo e o dirigido em *O cortiço*, já havia garantido a Antonio Cândido um lugar de destaque como observador e intérprete de elementos constitutivos da formação da sociedade brasileira. Mais do que isso, ao investigar, em seus ensaios, as relações sociais presentes nos dois romances, forneceu referências fundamentais para compreender a singularidade nacional a partir das reflexões sobre os modos de ser, viver e pensar dos homens e mulheres livres e pobres no Brasil do século XIX. Essa camada social, sem identidade própria, restrita, espremida entre o topo e a base da sociedade, sem

acesso ao mercado de trabalho e dependente do favor dos donos do poder, possuía bases materiais e ideológicas que, minoritárias à época, tornaram-se majoritárias com o passar do tempo e ainda se refletem na realidade atual.

Do mesmo modo, as considerações feitas sobre as relações sociais no âmbito da classe trabalhadora e seu confronto com o proprietário do cortiço – além da habitação coletiva como alegoria do Brasil onde tais relações se desenrolavam – constituem contribuições essenciais de Cândido para o entendimento da questão nacional. Tratava-se de um país em que o horizonte da cidadania, já consolidado em muitas nações europeias, sequer era mencionado nos debates políticos e sociais daquelas décadas.

Portanto, apesar de Cândido ter afirmado certa vez, com graça, que possuía “temperamento conservador, atitudes liberais e *ideias socialistas*, de modo que preciso conviver com as três tendências...” (Cândido, 2006, p. 20, grifo nosso), sua vocação era, sobretudo, intelectual, e foi de modo mais destacado no campo das “ideias socialistas” que ofereceu sua contribuição primordial, ao combinar crítica literária e pensamento político.

No contexto de endurecimento da ditadura entre 1968 e 1974, o crítico respondeu à sua maneira à conjuntura autoritária. Em uma mudança de trajetória não prevista inicialmente em sua carreira, mas provocada pelas circunstâncias, passou por um processo de radicalização no qual utilizou, de forma pouco convencional, seu referencial marxista e sua experiência em grupos e partidos de esquerda nos ensaios examinados.

Como apontou Roberto Schwarz em diversas ocasiões (1987, 1992, 2009), além do confronto com a ditadura, Cândido também dirigia sua crítica a outros alvos presentes naquele cenário. O pensamento positivista incorporado ao marxismo vulgar era um deles; o dogmatismo no interior dos partidos comunistas, então hegemonizados pelo PCB, era outro. A posição política de Cândido nos ensaios, orientada por um pensamento radical, libertário e democrático, de base antifascista e antiestalinista, levou-o a se distanciar intencionalmente das terminologias ideológicas associadas às posições ortodoxas do comunismo autoritário. Por meio desse “tipo discreto de marxismo”, apresentou, na primeira metade da década de 1970, dois ensaios acertadamente dialéticos que se tornaram clássicos da tradição crítica brasileira e fundamentais para a compreensão do país.

A partir dessa postura, ao situar *Dialética da malandragem* e *De cortiço a cortiço* no interior de uma linhagem que articula, de forma singular, crítica literária e pensamento político, Antonio Cândido não apenas ofereceu interpretações decisivas sobre a formação social brasileira e a questão nacional, mas também reafirmou a função da crítica como instrumento de esclarecimento e intervenção. Seus ensaios mantêm atualidade por evidenciarem que compreender o país exige partir de suas determinações históricas e de suas contradições estruturais. Assim, sua contribuição ultrapassa o contexto de produção original e se inscreve no legado mais duradouro do pensamento crítico brasileiro, aquele que, atento à realidade concreta, procura evitar tanto o dogmatismo quanto a neutralidade e que, na dialética entre forma e conteúdo, busca contribuir para uma compreensão mais ampla de aspectos decisivos da vida social brasileira – tanto no passado quanto no presente.

Referências

- ANDRADE, Rangel Gomes; VICENTE, Adalberto Luís. A forma ensaio na crítica literária de Antonio Cândido: entre tradição e ruptura. *O Eixo e a Roda*, Belo Horizonte, v. 29, n. 4, p. 249-267, 2020.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Cândido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- ARANTES, Paulo. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentido da formação: três estudos sobre Antonio Cândido*, Gilda de Melo e Souza e Lúcio Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 7-66.
- BARBOSA, Cairo de Souza. *Colonialismo, dependência e alegorias do Brasil na historiografia literária de Antonio Cândido (1960-1973)*. 2023. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2023.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.
- BOTELHO, André. *O retorno da sociedade: política e interpretações do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2019.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estado, estado-nação e formas de intermediação política. *Lua Nova*, São Paulo, n. 100, p. 155-185, 2017.
- CANDIDO, Antonio. De cortiço a cortiço. In: CANDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 2023b. p. 123-152. Publicado originalmente em 1991.
- CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. In: CANDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. p. 19-53. São Paulo: Duas Cidades, 2023a. Publicado originalmente em 1970.
- CANDIDO, Antonio. Entrevista para o Jornal Brasil de Fato. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 23, n. 49, p. 402-415, 2019. Publicado originalmente em 2011.
- CANDIDO, Antonio. Entrevista: Antonio Cândido de Mello e Souza. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 34, p. 3-13, 2011. Edição especial. Publicado originalmente em 1974.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. Publicado originalmente em 1959.
- CANDIDO, Antonio. Plataforma da nova geração. In: CANDIDO, Antonio. *Textos de intervenção*. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 237-250. Publicado originalmente em 1943.
- CANDIDO, Antonio. Radicais de ocasião. In: CANDIDO, Antonio. *Teresina etc*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007. p. 77-87. Publicado originalmente em 1978.
- CANDIDO, Antonio. Radicalismos. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004. p. 193-214. Publicado originalmente em 1990.
- CANDIDO, Antonio. Socialistas, comunistas e democracia no pós-guerra. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 11, n. 20, p. 7-21, 2006. Publicado originalmente em 1992.
- CEPÊDA, Vera Alves. Inclusão, democracia e novo desenvolvimentismo: um balanço histórico. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 77-90, 2012.
- CEPÊDA, Vera Alves. O pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Márcio (org.). *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001. p. 167-184.
- COUTO, Elvis Paulo. *A crítica literária dialética de Antonio Cândido e Roberto Schwarz*. 2022. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2022.
- EWBANK, Alice de Oliveira. *No fio da comparação: estudo do movimento crítico de Antonio Cândido*. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, 2014.
- FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GAIO, Henrique Pinheiro Costa. *Antologia e polêmica: a questão do barroco na crítica e na historiografia literária de Antonio Cândido e Haroldo de Campos*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Rio de Janeiro, 2014.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Vida, obra e militância. In: AGUIAR, Flávio (org.). *Antonio Cândido: pensamento e militância*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2022. p. 47-53.

GIMENES, Max Luiz; LIMA, Gabriel Cordeiro dos Santos. A radicalização política de Antonio Cândido. *Lua Nova*, São Paulo, n. 116, p. 139-164, 2022.

IANNI, Octavio. Dilemas da questão nacional. In: IANNI, Octavio. *O labirinto latino-americano*. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 40-81.

JACKSON, Luiz Carlos. Antonio Cândido: crítica e sociologia da literatura. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 268-281.

MOTA, Carlos Guilherme. Raízes do pensamento radical. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Editora 34, 2008. p. 149-191. Publicado originalmente em 1977.

RAMASSOTE, Rodrigo Martins. A sociologia clandestina de Antonio Cândido. *Tempo Social*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 219-237, 2008.

RICUPERO, Bernardo. Nação/nacionalismo – Verbete. In: DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). *Dicionário de Políticas Públicas*. São Paulo: Editora da Unesp; Fundap, 2015. p. 604-607.

RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.

SCHWARZ, Roberto. A dialética da formação. In: PUCCI, Bruno; ALMEIDA, Jorge de; LASTÓRIA, Luiz Antônio Calmon Nabuco. *Experiência formativa e emancipação*. São Paulo: Nankin, 2009. p. 163-186.

SCHWARZ, Roberto. Notas do debatedor. In: D'INCAO, Maria Ângela; SCARABÓLOTO, Eloísa Faria (org.). *Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antonio Cândido*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 262-267.

SCHWARZ, Roberto. Os sete fôlegos de um livro. In: SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 46-58.

SCHWARZ, Roberto. Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da malandragem”. In: SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 129-155.

SCHWARZ, Roberto. Uma aclimatação do marxismo no Brasil. *Piauí*, São Paulo, n. 207, p. 46-52, 2023.

*Minicurriculum do Autor:

André da Rocha Santos. Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista, Campus Araraquara (2012). Docente junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus Registro. E-mail: andrerochasantos@ifsp.edu.br.

Avaliador 1: Hélio M. Pirajá Cannone ;
Editor de Seção: Jorge Chaloub .

Declaração de Disponibilidade de Dados

Nenhum dado de pesquisa gerado ou utilizado.